Proc. TC-019.637/2012-8
Tomada de Contas Especial (Recurso de Reconsideração)

PARECER

À vista dos elementos contidos nos autos, em especial das últimas manifestações realizadas no âmbito da Secretaria de Recursos (peças 132/134), pedimos vênias ao Senhor Auditor e ao Sr. Secretário, para manifestarmos de acordo com a proposta de encaminhamento oferecida pela Sr. Diretora à peça 133, em que sugere o provimento do recurso.

Concordamos com a opinião de que a realização de saques na conta corrente do convênio dificulta em muito a demonstração do liame entre os valores transferidos e as despesas informadas. Mas não se pode afirmar que o procedimento inviabiliza essa demonstração. Se de alguma outra maneira for possível firmar o convencimento de que os serviços ou obras foram custeados com os recursos federais envolvidos, poder-se-á concluir pela regularidade com ressalva das contas.

Não se pode perder de vista que o objetivo principal de um órgão concedente é a realização dos serviços ou obras pactuadas. Se o conjunto de elementos e informações colecionados na prestação de contas aponta para a concretização desse objetivo e não há indícios de desvio ou perda dos recursos transferidos, falhas formais podem eventualmente ser relevadas, sobretudo se o contexto em que o gestor público atua contribui para o cometimento de tais falhas. Essa diretriz de avaliação foi consignada nas recentes alterações no Decreto-Lei n. 4.657, de 4/9/1942, que em seu art. 22 assim dispõe:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

No caso concreto, há nos autos indicações de que não haveria de fato agências bancárias no município. Conforme bem demonstra a Sra. Diretora à peça 133, o órgão concedente concluiu que o fim almejado foi atingido. O total de despesas apurado corresponde ao montante movimentado na conta corrente. Há declarações dos beneficiados confirmando o recebimento dos valores. A natureza das despesas se coaduna com o objeto pactuado. Não há indícios de má-fé ou de desvio de recursos.

Nesse sentido, considerando ainda a baixa materialidade dos valores envolvidos (5 despesas que somadas contabilizam R\$ 8.123,85), aquiescemos à proposta de encaminhamento constante à peça 133.

Ministério Público, em 6 de agosto de 2020.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador